

➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Porto Velho/RO, 07 de março de 2024.

A

Ilustríssima Senhora Camila Caroline Rocha Peres - Pregoeira SUPEL-ALFA

Ref.: Pregão eletrônico N.º 353/2023/SUPEL/RO

Processo administrativo: 0028.005328/2023-17

PORTO TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- EPP, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº. 05.587.568/0001-74, com sede a Rua Quintino Bocaiúva, 1508, Bairro Olaria, município de Porto Velho/RO, por meio de seu representante legal, nos autos do Pregão Eletrônico 353/2023/SUPEL/RO, vem apresentar:

RAZÕES DE RECURSO

Em face da desclassificação da empresa pela Ima. Sra. Pregoeira.

I – DOS FATOS

A Recorrente participa da licitação que tem por objeto a aquisição de nobreaks.

Após a análise das propostas, que foram todas desclassificadas, afirmou o pregoeiro para a desclassificação da proposta da recorrente no item 1:

“Motivo da Recusa/Inabilitação:

Não possui microprocessador DSP (Processador digital de Sinais) capaz de proporcionar um melhor desempenho e confiabilidade;

Não possui a funcionalidade de autodiagnóstico de bateria, sendo capaz de informar o momento certo de troca;

Não possui a funcionalidade de autoteste, sendo capaz de testar todos os circuitos internos ao ser.

Não possui fusível externo, tendo uma porta fusível com uma unidade reserva.

Não possui a funcionalidade de TRUE RMS, sendo capaz de analisar corretamente os distúrbios da rede elétrica proporcionando maior proteção.”

Vale lembrar que ofertamos o NOBREAK da MARCA RAGTECH, MODELO NEW EASY PRO 2000VA - CÓD: 4037.

Em relação ao microprocessador DSP, a tecnologia aplicada aos produtos garante a performance ideal do nobreak e dos equipamentos conectados a ele. Ademais, a tecnologia é similar a tecnologia “Processador Digital de Sinais”, sem prejuízo de eficiência, funcionalidade e confiabilidade.

Sendo que comprovamos o que foi dito acima conforme a Declaração prestada pelo próprio fabricante RAGTECH (anexa).

Ressaltamos que enviaremos a Declaração no e-mail (atendimentosupel@gmail.com) disponibilizado no edital para um melhor entendimento por parte da SEDAM-CTI, pois o sistema comprasnet não permite anexar nenhum documento, sendo que tal declaração é de extrema fundamental importância, devido à comprovação de nossa parte, em relação nossa desclassificação nos itens 1 e 2 do referido certame.

Em relação as funcionalidades de autodiagnóstico de bateria e autoteste, ofertamos um produto que possui SIM, a capacidade de testar todos os circuitos internos ao ser ligado e a capacidade de testar todos os circuitos internos ao ser ligado. Sendo que afirmamos tal veracidade, conforme a Declaração prestada pelo próprio fabricante RAGTECH (anexa).

Em relação a funcionalidade TRUE RMS, o equipamento possui até uma tecnologia superior, pois a funcionalidade TRUE RMS permite o mesmo desempenho. Sendo capaz de analisar corretamente os distúrbios da rede elétrica, proporcionando uma maior proteção (conforme Declaração prestada pelo próprio fabricante anexa).

Em relação ao porta fusível externo, o próprio folder informa a existência de “porta fusível externo com unidade

reserva". Sendo que na verdade, é até superior, pois possui DISJUNTOR REARMÁVEL (conforme declaração do fabricante anexa). O disjuntor é infinito e prático, basta apertar o botão que o nobreak religa.

Dessa forma, não são sustentáveis as alegações e motivos para a desclassificação no item 01.

AINDA SOBRE O ITEM 1:

A licitante Nova Mix Ltda, ofertou a mesma marca e modelo de nobreak que nossa empresa. Caso tenhamos êxito em nosso Recurso w seja deferido já antecipamos algo! Porque a licitante deve ser inabilitada, pois seus atestados (total de 15 unidades de nobreaks/estabilizadores) apresentados não correspondem aos 15% EXIGIDOS no edital: item 13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Em atenção ao estabelecido na sobredita norma, para a presente aquisição dever-se-á apresentar Atestado de Capacidade Técnica compatível em características todos os itens e em quantidades e valor significativo, de 15% (quinze por cento) da quantidade para os itens 01, 03, 04, 05 e 06, para os demais em somente as empresas que desejam licitar os objetos enquadrados acima do valor citado, conforme disposto abaixo:

- a) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu o bem com características semelhantes ao objeto do presente termo de referência, a fim de demonstrar atuação na atividade no ramo de negócio;
- b) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, contemplem que a licitante forneceu o bem no montante mínimo exigido para item ou lote, com quantidade expressa em unidade ou valor convergente ao do presente termo de referência, com o fito de atestar que suporta a demanda a que será submetido;

II – DO DIREITO

A licitação, qualquer que seja, se pautará pelos princípios expressos na Lei 14.133/21, basilados na Constituição Federal.

O princípio da indisponibilidade do Interesse Público é um dos princípios previstos na lei, sobre ele e Hely Lopes Meireles e Celso Antônio Bandeira de Melo apud Dijonilson Paulo Amaral Veríssimo ensinam:

Embora não esteja expressamente disposto na Lei de Licitações, o princípio da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares está implícito nas próprias regras do Direito Administrativo e configura-se, nos dizeres de Hely Lopes Meireles, "como um dos princípios de observância obrigatória pela Administração Pública..." (Hely Lopes, 1997, p.95). Ao deixar de tutelar apenas os direitos individuais e passar a se preocupar com interesses da sociedade, a Administração deve sempre ser norteadora por aquele princípio.

Intimamente ligado ao princípio da supremacia encontra-se o da indisponibilidade do interesse público. Ao administrador é dada a tarefa de zelar pelos interesses da coletividade. Assim, esse gerenciador não pode dispor daqueles interesses em detrimento da proteção aos dos particulares.

Nos ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Mello:

"indisponibilidade dos interesses públicos significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade – internos ao setor público – não se encontram à disposição de quem quer que seja, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los – o que é também um dever – na estrita conformidade do que dispuser a intentio legis." (Celso Antônio, 1992, p.23)

PRINCÍPIO DA IGUALDADE OU ISONOMIA

Ao se proceder a licitação deve ser buscada a maior isonomia possível entre os licitantes, lhes assegurando condições de igualdade para apresentarem seus produtos/serviços.

A isonomia só é possível se decorrente da ampla concorrência, que veda o estabelecimento de condições especiais, condições que só possam ser alcançadas por um, mas não por todos os licitantes. No caso concreto NENHUM licitante conseguiu alcançar as condições do edital.

VINCULAÇÃO AO EDITAL

O edital não é mera peça informativa ou decorativa no processo de licitação, ele vincula, obriga as partes, a administração pública e o licitante a cumprirem as condições previamente estabelecidas, ele fixa as bases em que se fará a negociação.

Dessa forma, não podem haver omissões, vantagens ou desvantagens desconhecidas à nenhuma das partes.

Nesse contexto, emerge a condição de que a discriminação do objeto a ser licitado é EXATAMENTE aquilo que foi posto no edital.

No caso em comento, os licitantes não demonstraram o cumprimento da exata consonância entre o requerido pelo Termo do edital e as ofertas apresentadas. Não se cumpriram as especificações exigidas no edital, por consequência, o objeto não pode ser aceito e o licitante forçosamente de ser inabilitado para o item não atendido.

Conclui-se que o edital toca em um universo inexistente, procura por algo que NINGUEM conseguiu atender.

Do portal de compras públicas extraímos :

"A vinculação ao instrumento convocatório deve assegurar aos licitantes os seus direitos. Nesse sentido, cabe relembrar a seguinte redação do art. 41 da Lei nº 8.666/1993: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dispositivo é tão restritivo que se utilizou da expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para arbitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital. No mesmo sentido, a Administração deve buscar a proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos." (grifo nosso)

É reiterada a jurisprudência dos Tribunais do país no sentido de cumprimento do Princípio da Vinculação ao edital:

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei nº 8.666/1993). No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos (art. 44 da Lei nº 8.666/1993). O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle (art. 45 da Lei nº 8.666/1993) (TCU 00863420091, Relator: VALMIR CAMPELO, Data de Julgamento: 07/10/2009)

Em face dessa vinculação, o administrador não pode aceitar uma proposta em desconformidade com os parâmetros previamente estabelecidos no edital, como é o caso. De outra monta, não pode estabelecer parâmetros que UM ou NENHUM licitante possa cumprir, pois estaria se desvirtuando a própria licitação.

Todas as exigências editalícias devem ser justificadas, motivadas e fundamentadas no próprio ato licitatório, não permitindo discriminações ou preferências injustificadas.

PRINCIPIO DA RAZOABILIDADE E DA FUNDAMENTAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

A prática da licitação é voltada para a melhor aquisição de produto para administração pública, considerando o fim a que se destina e a razoabilidade dessa aplicação.

Dessa forma, ao adquirir um bem, é necessária a justificativa para aquela aquisição, não só baseado na necessidade do bem, mas também sobre as características que são exigidas daquele produto.

Quando há a eleição de uma tecnologia, em detrimento de outra, de um dispositivo, em detrimento de outro é necessário que se justifique tais eleições.

Primeiramente, porque assim garante a Constituição Federal, cláusula pétrea, nos termos do seu artigo 93, inciso IX, assim como o artigo 37 do mesmo diploma, ao prever que a Administração deve se pautar pelos valores da impessoalidade e moralidade, obrigando a justificação de seus atos.

A obrigatoriedade da motivação do ato administrativo, além de tornar público os objetivos da atividade administrativa, serve como obstáculo para a violação dos princípios da isonomia e da impessoalidade, uma vez que obriga a autoridade administrativa a demonstrar que os interesses públicos e privados envolvidos na expedição desse ato jurídico foram devidamente ponderados.

Dito isso, é que se analisar que não há, em nenhum lugar nesse processo, a motivação para a eleição do modelo requerido, não se explica porque a eleição da tecnologia DSP, porque são necessárias as quantidades de tomadas de 20A , etc, enquanto há dezenas de modelos que atendem, até de forma superior, o requerido.

A motivação do ato administrativo deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que acabam por integrar o próprio ato administrativo, mas deve existir.

Até mesmo a revogação do ato administrativo tem que ser motivada (ACO 3055 / MA – STF)(Informativo do STF 699), quanto mais a sua prática.

Motivação, nesse caso, é a motivação idônea, sopesada nas necessidades explícitas e demonstradas pela administração pública.

Observa-se que NENHUM dos licitantes foi classificado, a licitação não cumpriu o seu objetivo. A antiga regra da lei 8666-1993, obrigava a repetição da licitação, mas a atual prevê a dispensa da licitação. No entanto, se a licitação fracassa propositadamente, quer porque o discriminado não existe ou quer porque não fundamentada a sua motivação, tal regra não pode se aplicar.

Ao se promover a licitação sem que nenhum licitante atenda as exigências do edital, artificialmente se permite a aplicação do artigo 75, inciso III da lei de licitação, o que se constitui uma fraude.

III – DO REQUERIMENTO

Em face de todo o exposto requer o recebimento o presente recurso, posto que tempestivo e seu integral provimento, para reconhecer que o equipamento ofertado possui SIM as funcionalidades e especificações dele requerida e atende com certeza as necessidades da administração pública e classificar a Recorrente habilitando-a à fase posterior do certame para os item 1. E posteriormente INABILITAR a licitante Nova Mix Ltda no item 1. Entendendo Vossa Senhoria de forma diversa, alternativamente, a repetição da licitação com a oportunidade de apresentação de nova proposta pelo licitante, para os itens fracassados.

Termos em que,
Pede deferimento.

Respeitosamente,

Delvane Gomes Costa – Proprietário.
Porto Tecnologia Comércio e Serviços Ltda – EPP.

Fechar